



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO-----

-----Aos vinte oito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do **Presidente da Mesa** José Manuel Martins Ribeiro, o **Primeiro Secretário** António Jorge Macedo Pimentel, e da **Segunda Secretária** Maria Mercedes Mendez Y Pardo. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão, quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----De seguida, pelo **Presidente da Mesa** foram anunciados os pedidos de substituição dos seguintes membros: Rui Manuel Carvalho Ribeiro e Pedro Nuno Freitas Bastos, ambos eleitos pelo Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” e José Manuel Ribeiro Cardoso, eleito pela Coligação “Unidos a Fafe”. Pediram, também, substituição o Presidente da Freguesia de Medelo, pelo tesoureiro e a Presidente da Freguesia de Regadas, pelo Secretário.-----

Foi solicitada a suspensão de mandato, pelo período de 30 dias, por José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelo Partido Socialista, que colocada à votação, **foi aprovado, por unanimidade.**-----

-----Tomaram assento, os elementos que se seguiam nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de cinquenta membros.-----

-----Em seguida, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia Municipal que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem.-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi colocada à consideração dos membros presentes uma questão sobre a aprovação da ata da sessão anterior. Informou que, no final da reunião, tinha sido alertado pelos serviços que a Lei dizia que a mesma deveria ser discutida e aprovada, antes da ordem do dia. E, conforme tinha sido acordado com os grupos parlamentares, a ata era distribuída, com alguma antecedência, de modo a que as correções que viessem a ser necessárias fossem efetuadas antes de ser votada, pelo que perguntou se alguém queria intervir quanto à mesma.-----



-----Solicitou a palavra **Joaquim Magalhães** para informar que iria votar contra, porque achava que a mesma não correspondia aquilo que se tinha passado dado que mencionava uma intervenção sua, sobre o ensino, da qual não se recordava. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo aprovada, por maioria, com um voto contra e três abstenções.-----

-----Passou-se para o **período de Antes da Ordem do Dia**.-----

-----Usou da palavra **Joaquim Magalhães**, eleito pela lista do Partido Socialista, que começou por referir que tinha razão quanto à obrigatoriedade de ser colocada a votação do plenário as suspensões de mandato, contrariamente ao praticado e afirmado pelo Presidente da Mesa. Referiu, ainda sobre o assunto, que a comunicação social para ser isenta deveria pesquisar e ler a lei antes de publicar. Fez alusão à lei e ao enquadramento legal dos pedidos de suspensão e mencionou ainda pareceres da CCDRN. Questionou ainda, o Presidente da Assembleia, sobre qual foi parecer da CCDRN, no que concerne à retirada do ponto 2.11, da ordem do dia da sessão de 27 de abril de 2018 sem discussão e votação. Referiu, ainda, que os eleitos tem o direito a serem informados sobre o teor do mesmo. Terminou a sua intervenção referindo que é membro independente eleito pelo Partido Socialista e solidário com o executivo e todos os membros eleitos nessa lista e que está na política para servir a comunidade e nunca se desviará dessa orientação. -----

-----De seguida, usou da palavra **Bruno Manuel da Silva Oliveira**, do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”, para demonstrar o seu descontentamento pelo facto do piloto Hugo Magalhães não constar da lista das medalhas de mérito atribuídas e entregues no próximo dia 5 de outubro. Continuou a sua intervenção sobre o corte da Via Rápida, referindo que achava vergonhoso o mesmo, acrescentando que havia uma falta de atitude pública, acrescentando que em vários concelhos vizinhos tinham sido tomadas diversas posições, dando como exemplo, Cabeceiras de Basto. E, como tal, entendia que a Assembleia deveria, também tomar uma posição e que a mesma fosse amplamente divulgada. Reforçou que, sobre o assunto, deveria haver um consenso e o Município tomar uma atitude. Alertou, para o facto dessa Via também necessitar, urgentemente, de limpeza. Relativamente à Ponte de Passos referiu que, finalmente, estava concluída. Considerou, no entanto, um projeto pobre porque faltavam passeios,



o traçado poderia ter sido um pouco corrigido e o acesso a Passos poderia ter sido melhorado, pelo que perguntou ao Presidente da Câmara se ele tinha recebido o projeto e se tinha havido uma análise, por parte dos serviços. Falou sobre o Royal Center que considerou um caso “bicudo”, solicitando informações ao Presidente da Câmara sobre a existência de alguma solução, algum projeto em andamento, ou alguma saída para este problema, dado saber que existiam interessados no espaço e que teriam tentado chegar à conversa com o Executivo e, que este, lhe terá dito já existir uma solução, pelo que gostaria de saber se essa informação era verídica ou não. Por fim, falou sobre o Arquivo Municipal, considerando uma obra emblemática e que estando destacados três funcionários a tempo inteiro, para o mesmo, questionou sobre qual era a utilização desse espaço, para além de ser um arquivo e qual a função desses funcionários.-----

-----Seguiu-se a intervenção do **Presidente da Junta de Freguesia de Cepães e Fareja** para agradecer a viatura que lhe tinha sido cedida para transporte de crianças que muita falta fazia para que o mesmo fosse feito em segurança. Questionou o Presidente da Câmara sobre duas ruas que tinham o saneamento instalado há cerca de seis anos mas que não estava a ser usado e quis saber quando iria funcionar. Perguntou sobre o ponto da situação do contrato de comodato que pretendia celebrar de um terreno junto às escolas de Fareja e, sobre o próximo orçamento, se o mesmo iria prever alguma verba para as solicitações que já lhe tinham sido feitas anteriormente. Pretendia, também, saber em que ponto estava o pedido de uma proteção na estrada Municipal de Fareja, junto à ponte. Terminou, dizendo que considerava que a sua freguesia estava um pouco esquecida.-----

-----Solicitou a palavra **Duarte Teixeira Rocha**, eleito pela Coligação “Unidos a Fafe – PPD/PSD.CDS-PP, para demonstrar o seu desagrado, em relação à não inclusão do piloto Hugo Magalhães, na atribuição das medalhas de mérito concelhio, pedindo explicações ao Presidente da Câmara. Pretendia, também, saber o ponto de situação relativamente ao concurso para instalação de postos de carregamento de veículos elétricos na cidade, uma vez que os prazos terminavam no final deste ano. Abordou o tema da Volta a Portugal em bicicleta, começando por dizer que teve um grande impacto para a cidade e que tinha corrido muito bem, com a exceção da falta de



limpeza que referiu não ser só neste evento mas, também, noutros do género e que nos dias seguintes o local não se encontrava nas devidas condições. Terminou, dizendo que tinha conhecimento que as pessoas que frequentavam o Parque da Cidade, durante a manhã, encontravam a rega ligada, o que incomodava bastante, pelo que deveria ser acautelada esta situação pelos Serviços da Câmara.-----

-----Foi dada a palavra a **Francisco José Gonçalves Pinto**, eleito pela Coligação “Unidos a Fafe – PPD/PSD.CDS-PP, que começou por abordar o tema da Casa da Juventude por considerar que andava um pouco esquecido, quis saber qual o ponto da situação relativamente à infraestrutura, aos equipamentos e ao modelo de funcionamento, frisando que o PSD não ia aceitar qualquer tentativa de politizar esse mesmo modelo. Prosseguiu, referindo-se a um tema que nunca tinha sido abordado, os elevadores, todos sabiam que eram obrigados, por lei, a ter uma inspeção periódica que tinham duas vertentes, uma financeira porque tratava-se de uma receita para o Município e outra que ia no sentido de fazer cumprir a Lei, nesse aspeto havia um boa fiscalização por parte dos serviços. Alerta, no entanto, que os elevadores do Parque de Estacionamento da Biblioteca tinham a inspeção caducada há três anos, e questionou o Executivo se tinha conhecimento dessa situação. Falou sobre a obra do canil, referindo que tinha havido um concurso, este ano, cuja obra tinha sido adjudicada e tinha já sido assinado o contrato, no entanto, a obra ainda estava muito atrasada. Referiu que o Presidente da Câmara tinha que se impor de uma forma mais significativa, para que atrasos na execução das obras, como tinha acontecido em Antime, Ponte de Passos e, neste momento, na Via Circular não pudessem acontecer. Por ultimo, sobre a intervenção do Joaquim Magalhães, no que se referia às lacunas do Regimento, lembrou que tinha sido criada uma Comissão para fazer a sua revisão, e que as mesmas deveriam ter sido corrigidas nessa altura.-----

-----De seguida usou da palavra **Rogério António de Sousa Gonçalves**, eleito pelo Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”, que se congratulou pelo facto de se terem realizadas algumas iniciativas na área da educação que respondiam a algumas das sugestões que tinham sido apresentadas na ultima sessão de Assembleia Municipal pelo FS, como era o caso da criação de um Grupo de Trabalho, no âmbito do Conselho Municipal para a Educação, para o concelho de Fafe. Colocou, nesse âmbito, algumas



questões, nomeadamente, sobre quais seriam os compromissos assumidos pela Câmara Municipal, neste início de ano letivo, em termos de política educativa para o Concelho, sobre os planos de segurança e emergência dos estabelecimentos de ensino. Por fim, em jeito de proposta à semelhança do que o governo tinha feito com a oferta dos manuais escolares a todos os alunos do primeiro e segundo ciclo do ensino público independentemente dos rendimentos familiares, e tendo a Câmara nas suas competências o apoio social aos alunos, porque não oferecer cadernos de atividades e material a todos.-----

-----Seguiu-se a intervenção de **Manuel Armando Salgado Santos**, eleito pelo Partido Socialista, para tecer alguns comentários sobre a intervenção cujo tema era as obras da Via Circular. Em relação ao Royal Center era uma situação que se arrastava já há mais de vinte anos, que talvez já não fosse uma questão que pertencesse à Câmara, mas sim aos particulares que tinham adquirido lojas e que, provavelmente, tinham sido enganados.-----

-----Usou da palavra **Maria Mercedes Mendez y Pardo**, eleita pelo Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” que iniciou a sua intervenção com algumas questões e propostas, em primeiro lugar pretendia saber o porquê das infraestruturas de distribuição de água da rede pública em Queimadela não se encontrarem operacionais para servir a população. Que, segundo alguns moradores, a obra encontrava-se terminada, no entanto, teria havido um erro razão pela qual a ligação não era possível e implicava o prolongamento de rede, pelo que perguntava ao Presidente da Câmara qual a razão pela qual estava a demorar na fiscalização dessa obra e no apuramento das respetivas responsabilidades, dado que a água era um bem essencial para as populações, bem do qual não podiam usufruir apesar do dinheiro público ter sido investido. Em segundo lugar, queria fazer uma proposta de revisão do Regulamento Municipal, relativamente à recolha de lixo, dado o atual já tinha vários anos e, na sua opinião, as necessidades da população tinham sofrido várias mudanças, e nesse sentido considerou que, o mesmo, está desenquadrado, pelo que solicitava que a Câmara Municipal fizesse um estudo para avaliar os custos diretos e indiretos de um plano alternativo de recolha de lixo, tal como já existiam noutras cidades, que tinham optado por uma melhor distribuição de contentores e em número suficiente para a



quantidade de lixo produzida, alternando os dias de recolha de lixo, tanto para a cidade, como para as freguesias. Assim, no seu entender, permitiria poupar com o transporte diário, francamente mais caro e menos eficiente. Referiu, ainda, que o estudo deveria, nos gastos indiretos, contemplar as doenças profissionais que afetavam os trabalhadores deste sector, os dias perdidos por doença deveriam, também, ser incluídos e os gastos feitos por desinfestação de pragas que frequentemente afetavam os moradores que, no seu entender, é fruto das condições em que se deposita o lixo. E, por último, falou sobre o que entende ser um “desastre” o estado em que se encontra a Barragem de Queimadela que, na sua opinião, atrai com maior frequência as visitas a Fafe mais do que o Rali, mais do que a Vitela ou de qualquer outro evento. Desastre existente, na sua opinião, por falta de estratégia e planificação por parte da Câmara mas, também, por falta de acompanhamento dos relatórios enviados pela Entidade de Saúde Pública que cada ano eram por si assinados e, aproveitou para alertar o Presidente da Câmara que, em breve, iria receber um novo e, desta vez, não iria ter desculpa e que teria 7 meses para regularizar as anomalias para não se correr o risco de perder a tão estimada bandeira azul da acessibilidade. Enunciou várias críticas acerca das instalações disponíveis para os utilizadores da mesma, nomeadamente, a falta de acessibilidade, a falta de infraestruturas e recursos humanos de apoio em número suficiente, a falta de condicionamento de acesso e sinalética adequada a zonas perigosas, a falta de uma rede telefónica móvel que abrangesse todas as redes, a ausência de meios de transporte de emergência no local pelo menos nas épocas de maior afluência.-----

-----Solicitou a palavra, novamente, **Joaquim Magalhães** para lamentar o uso de informação privilegiada, por parte da Primeira Secretária, enquanto Delegada de Saúde Pública, para fins partidários.-----

-----Usou da palavra **Manuel Armando Salgado Santos** para questionar quantas barragens existiam em Portugal que possuíam todos os requisitos elencados pela Primeira Secretária.-----

-----Fez uso da palavra **Maria Mercedes Mendez y Pardo** para dizer que apenas Fafe lhe interessava e estava preocupada com a seguranças das pessoas. -----



-----De seguida, usou a palavra **Armindo Manuel Tavares Fernandes**, eleito pelo Partido Socialista, para dizer que a Primeira Secretária tinha feito uma intervenção política na qual acusava a Câmara de incúria. Lembrou que o agora Presidente da Mesa, também já tinha sido Presidente da Câmara, e também, já nessa altura, tinha sido confrontado com muitas dificuldades. Prosseguiu, dizendo que não era fácil falar da Barragem como uma praia concessionada que não estava registada como tal e que estava a ser utilizada como qualquer parte de rios deste concelho poderia ser utilizado.-----

-----Solicitou, novamente a palavra **Maria Mercedes Mendez y Pardo** para dizer que a Barragem de Queimadela era uma praia fluvial e estava reconhecida como tal.-----

-----O **Presidente da Mesa** respondeu à intervenção do deputado Joaquim Magalhães.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados, nomeadamente:-----

- Relativamente à atribuição das medalhas, referiu que a Câmara acolhia, com consideração e respeito, as recomendações da Assembleia Municipal, e depois fazia a gestão das mesmas. Referiu ainda que ninguém tinha dito, em lado nenhum, que o piloto Hugo Magalhães não iria ter atribuição da medalha, esclareceu que o que se tinha proposto era a atribuição de algumas e que, felizmente, ainda havia mais três para poder atribuir ao Hugo Magalhães e a muitos outros Fafenses que mereciam;-----

- Sobre a Via Circular, respondeu que entendia ser vergonhoso se alguém caísse e morresse lá, e que não se podia desfocar o problema. Continuou a sua intervenção para referir que o corte resultava de uma fragilidade num pontão que poderia originar um acidente grave. Quanto à limpeza, referiu que tinha sido esta semana adjudicada a uma empresa e, que dentro em breve a mesma seria efetuada;-----

- Quanto à Ponte de Passos apenas referiu que a Ponte era uma realidade, ironizando que não prestava mas, que existia, e que era larga e segura permitindo que se circulasse com toda a tranquilidade;-----

- Sobre o Royal Center lembrou que era um problema que todos gostavam de ver resolvido e que, não era verdade que ele, ou o seu gabinete, tivesse recusado receber



seja quem fosse, pelo contrário, quando se ouvia falar no assunto abriam-se todas as portas;-----

- Relativamente ao Arquivo Municipal, nomeadamente, aos funcionários esperava que eles trabalhassem;-----

- Sobre a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Cepães e Fareja, disse que não tinha que agradecer a atribuição da viatura, uma vez que a mesma resultava do cumprimento do Regulamento, aprovado pela Assembleia, e que a Freguesia reunia todos os critérios. Relativamente à questão do saneamento e ao facto de estar a aguardar há seis anos, lembrou que ele, como Presidente, só estava há quase cinco anos, considerando que não era muito legítimo, sacar-lhe uma responsabilidade que não era só dele. Continuou referindo que, também, estavam preocupados com a situação e que continuavam a ser efetuados investimentos em saneamento esperando que, brevemente, a situação fosse resolvida. Sobre o comodato, informou que o documento estava pronto a assinar já há algum tempo. Quanto ao próximo orçamento de 2019, informou o Presidente da Junta que a Freguesia de Cepães e Fareja não seria discriminada, dado não haver razão para tal. Sobre os ralis em Fareja, informou que existia um procedimento de questões de segurança em vários locais, já assinalados no Município e que, em breve, essas situações seriam todas resolvidas;-----

- No que dizia respeito aos postos de carregamento de veículos elétricos, em Fafe, referiu que estava no seu programa, e que existe já uma candidatura apresentada, a qual, ainda não tinha decisão, logo que houvesse, avançariam com a criação dos mesmos;-----

- Em relação ao lixo, após a volta a Portugal, lembrou que Fafe era conhecida por ser uma cidade limpa e, geralmente, quando havia um evento, logo após o seu fim, umas horas depois estava tudo limpo;-----

- Sobre a rega no Parque da Cidade, informou que já tinha conhecimento da situação e já tinha sido corrigida várias vezes, e que os aspersores eram constantemente virados para os caminhos;-----

- Relativamente à Casa da Juventude informou que a mesma estava pronta, o equipamento estava preparado, apenas faltava o Regulamento. Lembrou que, desde a primeira hora, tinha dito a todas as forças partidárias e a todos os jovens que falavam



com ele, que se recusava a que o mesmo fosse feito por adultos, que o Regulamento deve ser aquilo que eles quiserem. Que, deveriam ser os jovens a definir por entender que não deveria ser ele a impor coisa nenhuma. Informou, ainda, que pretendia fazer o próximo Conselho da Juventude nessas instalações para, de uma vez por todas, resolver este assunto;-----

- Sobre os elevadores, agradeceu o reparo e informou que existe um contrato com uma empresa que está obrigada, contratualmente, a fazer a fiscalização e manutenção dos elevadores, portanto, teria de ver o que se estava a passar;-----

- No que dizia respeito ao Canil, informou que a empresa tinha solicitado um pedido de prorrogação do prazo da empreitada, no verão, por existir um poste no meio do terreno que impedia o andamento da obra e que só a EDP o poderia retirar, o que já se verificou;-----

- Relativamente à política educativa, disse que o Executivo estava muito empenhado em melhorar os equipamentos físicos, a qualidade do ensino, e modernizá-los. Aproveitou para agradecer a todos os professores, funcionários, pais dos alunos que, quer na Escola Secundária, quer na Escola Carlos Teixeira, estavam a fazer um enorme sacrifício e que têm tido uma enorme compreensão atendendo à dimensão das obras que estavam a ser executadas. Tinha uma aposta muito grande na qualidade, aliás a Câmara estava disponível para apoiar e ajudar todos os projetos inovadores, nomeadamente, todos os projetos que os professores apresentassem, apoiando de todas as maneiras a Comunidade Educativa na criação desse tipo de projetos que pudessem melhorar a formação dos nossos alunos. Sobre os planos de Segurança e Emergências dos Estabelecimentos de Ensino referiu que ia informar-se junto do Comandante Operacional da Proteção Civil. Sobre a oferta a todos os alunos dos cadernos de atividades e material escolar, referiu que no próximo ano pensariam no assunto;-----

- Sobre a intervenção da deputada Maria Mercedes Mendez y Pardo, começou por agradecer a sua exposição. Sobre a proposta de Regulamento para a recolha de lixo disse que agradecia que lhe fosse entregue para que a mesma fosse analisada. No entanto, informou que a recolha porta a porta ia continuar dado que a Autarquia tinha um contrato com uma empresa que estava em discussão. E, que iria tomar nota das



suas recomendações. Relativamente à ligação da rede pública de abastecimento de água em Queimadela, informou que essa rede tinha sido financiada por fundos comunitários, e que estava a fazer tudo o que estava ao seu alcance para que esse processo não demorasse muito. Teceu vários comentários sobre o modo como o assunto da Barragem de Queimadela tinha sido abordado.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para aditar àquilo que já tinha sido dito sobre o Royal Center, no sentido de se notificar a entidade que era responsável pela limpeza daquele espaço que estava outra vez imundo e a cheirar mal. Prosseguiu, dizendo que, sem querer criar nenhuma controversa sobre o assunto, queria apenas referir que há cerca de ano e meio tinha levado até ao Presidente da Câmara um empresário de Fafe que tinha mostrado disponibilidade para a aquisição e transformação desse espaço. À data, e pelo que lhe tinha dito o Presidente da Câmara e, também, o empresário, havia já sinalizada a compra por uma outra pessoa, que entretanto terá desistido. Finalizou, aconselhando o Presidente da Câmara a voltar à conversa com o antigo interessado e ver da possibilidade de adquirir e transformar aquele espaço. De seguida, chegou à mesa uma proposta sobre a atribuição da Medalha de Mérito Concelhio ao cidadão Carlos António Fernandes Castro Vieira, por ter uma ação empresarial filantrópica que o distingue como um dos mais ilustres fafenses e por ter adquirido e reabilitado o Solar da Luz sem qualquer apoio económico, transformando-o num dos melhores exemplares de monumentos em todo o território português, que pela sua beleza e excelência permitiu projetar Fafe em todos os cantos do mundo, subscrita pelos Grupos Parlamentares “Fafe Sempre”, PSD e CDS.-----

-----Solicitou a palavra **Maria de Fátima Pereira Caldeira** para dizer que a proposta era para destacar o mérito cívico daquela personalidade que era natural de Passos. E, que se tratava de uma pessoa preocupada com o património arquitetónico e que tinha feito a recuperação de um monumento classificado de interesse municipal, que se encontrava em ruínas, o Solar da Luz, e que se assim não fosse, talvez, estivesse condenado à ruína e possível desaparecimento.-----

-----De seguida, usou da palavra **Joaquim Magalhães**, para referir que, pessoalmente, não tinha nada contra o Senhor, antes pelo contrário, no entanto,



entendia que sendo um empresário haveriam certamente muitos mais e não sendo a proposta abrangente, iria votar contra.-----

-----Solicitou a palavra **Duarte Teixeira Rocha** para dizer que não se estava a homenagear nenhum empresário, que se estava a sugerir homenagear uma pessoa que restaurou património reforçando que se não fosse feito, provavelmente, hoje estaria em ruínas.-----

-----Foi dada a palavra a **Manuel Armando Salgado Santos** para dizer que o Partido Socialista, obviamente, deixava a liberdade de voto a quem quisesse votar a favor ou contra.-----

----- Solicitou, também, a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos** para dizer que a homenagem era de todo merecida e pediu a toda a Assembleia que pensasse bem no sentido de voto, reforçando que o Senhor Carlos Vieira tinha sido uma pessoa importante não só para Fornelos mas para todo o concelho. Terminou informando que iria votar a favor.-----

-----Não havendo mais intervenção, passou-se, de seguida, à sua votação, tendo sido, **aprovada, por maioria, com um voto contra e oito abstenções.**-----

-----O **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia passando-se, de imediato, para o Período da Ordem do Dia-----

-----**Ponto dois ponto um - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal;**-----

-----Solicitou a palavra **Bruno Manuel da Silva Oliveira** para dizer que faltavam três meses para o final do ano e que as despesas de capital estavam com uma execução de 37% e que, muito provavelmente, no final do ano o investimento seria 50% do orçamento, a correr bem. Referiu, ainda, que todos sabiam que já tinham sido aprovadas muitas alterações orçamentais e que, por isso, o orçamento apresentado pouco tinha a ver com a execução do exercício. Por isso, parecia-lhe que um grau de investimento de 50% do previsto era muito pouco numa rubrica que era essencial pelo que, gostaria de ouvir a opinião do Presidente da Câmara sobre o assunto. Por outro lado, referiu que as despesas correntes, nomeadamente, as transferências para as instituições sem fim lucrativos, o seu valor era já de 2, 6 milhões de euros, referiu que não tinha nada contra pelo contrário, no entanto, argumentou que era necessário



justificar essas escolhas.-----

-----Usou da palavra, também, **Maria de Fátima Pereira Caldeira**, para falar sobre os parques infantis das escolas e, lembrou, que tinha solicitado na última Assembleia que lhe fosse fornecido uma listagem do número de parques que estariam a necessitar de urgente reparação. Prosseguiu dizendo que a equipa técnica designada pelo Executivo para proceder à inventariação desses parques tinha detetado que havia um conjunto de equipamentos cuja substituição teria de ser integral pelo que, questionou sobre a razão pela qual tinham sido selecionados só quatro e para quando estava prevista a reparação ou substituição de todos.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que, de forma rápida, esclareceu que o orçamento iria ser discutido na altura própria. Em relação aos parque infantis, informou que os quatro que tinham sido descritos como prioritários, que eram os que necessitavam urgentemente de uma intervenção, e que não tinha nada haver com critérios políticos, até porque, todos os parques iriam ser contemplados, no próximo ano.-----

-----**Ponto dois ponto dois - Apreciação e votação da proposta de alteração dos Estatutos à lei vigente da AMAVE (Associação de Municípios do Vale do Ave);**-----

-----Solicitou a palavra **Duarte Teixeira Rocha**, para dizer que, como era sabido, a AMAVE já há algum tempo se encontrava sem qualquer tipo de atividade pelo que, na sua opinião, já deveria estar extinta há muito e que por tal motivo não lhe parecia nada plausível atribuir novas competências a uma entidade que não desempenhava qualquer tipo de atividade e, nesse sentido, informou que o grupo parlamentar PSD/CDS-PP, ia abster-se na votação.-----

-----Não havendo mais intervenções foi colocada à votação sendo ***aprovada por maioria, com dez abstenções.***-----

-----**Ponto dois ponto três - Apreciação e votação da proposta de alteração ao Código Regulamentar sobre a Concessão de Apoios Sociais;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou que se tratavam de algumas correções do Regulamento, nomeadamente, para poder ajudar jovens que, por mérito, iam estudar para fora do país.-----



-----Não havendo intervenções passou-se, de imediato, à sua votação tendo sido ***aprovada, por unanimidade.***-----

-----**Ponto dois ponto quatro - Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Mercado Municipal e da Atividade de Comércio a Retalho não sedentário e Venda Ambulante;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou que este regulamento tinha sido aprovado pela Câmara e posto à discussão pública e que recebeu o contributo das Associações que entenderam fazê-lo.-----

-----Não havendo intervenções passou-se, de seguida, à sua votação tendo sido ***aprovado, por unanimidade.***-----

-----**Ponto dois ponto cinco - Apreciação e votação do projeto de Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil;**-----

-----Pelo **Presidente da Câmara** foi explicado que este projeto de Regulamento era consequência da legislação em vigor.-----

-----Não havendo intervenções passou-se, de imediato, à sua votação tendo sido ***aprovado, por unanimidade.***-----

-----**Ponto dois ponto seis - Eleição de um Presidente de Junta, em representação da Assembleia Municipal, para a Comissão Municipal de Proteção Civil;**-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi anunciado a existência de duas propostas, a primeira apresentada pelos grupos parlamentares Fafe Sempre, CDS-PP e PSD/PPD que apresentava como candidato Pedro Miguel Teixeira da Mota, Presidente da Junta de Freguesia de Quinchães, a segunda apresentada pelo Partido Socialista a propor Artur Neves Castro, Presidente da Junta da Freguesia de Agrela e Serafão. Atendendo a que a votação era por voto secreto, a primeira proposta foi designada pela Lista A e a segunda pela Lista B.-----

-----Efetuada a votação, por escrutínio secreto, obteve-se os seguintes resultados: Lista A – vinte e sete votos, Lista B – vinte três votos; ***tendo sido eleito Pedro Miguel Teixeira da Mota.***-----

-----**Ponto dois ponto sete - Apreciação dos Compromissos Plurianuais assumidos pela Câmara no 2º trimestre de 2018;**-----

-----Não havendo intervenções, ***a Assembleia Municipal tomou conhecimento.***-----



-----Ponto dois ponto oito - **Apreciação da informação financeira referente ao 1º semestre de 2018;**-----

-----Não havendo intervenções, **a Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----Ponto dois ponto nove - **Apreciação e votação da proposta de derrama para o ano de 2018;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou que esta proposta era semelhante ao que estava em vigor, no ano anterior.-----

-----Não havendo intervenções foi colocada à votação, sendo **aprovada, por unanimidade.**-----

-----Ponto dois ponto dez - **Apreciação e Votação da proposta de IMI para o ano 2018;**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que esta proposta, à semelhança da anterior, mantinha o mesmo padrão. Relativamente aos edifícios situados na zona de intervenção da ARU tinham isenção e continuava a acolher a questão das famílias e dos números de dependentes.-----

-----Não havendo intervenções foi colocada à votação sendo **aprovada, por unanimidade.**-----

-----Ponto dois ponto onze - **Apreciação e votação da proposta de autorização de assunção de compromissos plurianuais relativamente ao Caminho Municipal 1649, em Travassós;**-----

-----Pelo **Presidente da Câmara** foi dito que relativamente à proposta, como era do conhecimento de todos aquando da apresentação do orçamento, a obra de Bouças era um compromisso que a Câmara tinha de lançar ainda no ano de 2018. Continuou a explicação referindo que o concurso tinha um cálculo de 150 mil euros, dividido em duas partes, 75 mil euros no ano de 2018 e 75 mil no próximo. Informou, ainda, que depois das respetivas medições verificou-se que o projeto rondava os 238 mil euros e, que, face aos atrasos não se conseguiu consumir os 75 mil euros previstos no ano em curso, o que fará aumentar ao consumo financeiro do próximo ano e, que, portanto, era a autorização desse ajuste que se estava a pedir à Assembleia.-----

-----Solicitou a palavra **Francisco José Gonçalves Pinto** para dar os parabéns pelo fato de a obra arrancar e ao **Presidente da Câmara** por ter cumprido com a sua



palavra.-----

-----Não havendo mais intervenções foi colocada à votação, sendo **aprovada, por unanimidade.**-----

-----**Ponto dois ponto doze - Apreciação e votação da proposta de aquisição de uma parcela de terreno pela Clínica Dia Saúde;**-----

-----Usou da **Presidente da Mesa** para informar que, aquando do agendamento, desta Assembleia, o que tinha acontecido no último dia possível, atendendo que a maioria dos assuntos constavam da ordem de trabalhos da reunião de Câmara, realizada no próprio dia, teve algumas dúvidas relativamente a este ponto, dúvidas que tinham a ver com as competências que, no seu entendimento, era exclusivamente da Câmara. Referiu, ainda, que solicitou, entretanto, aos serviços que apreciassem juridicamente a questão e responderam-lhe que existia um acórdão que, de alguma forma, sugeria que nos casos em que a venda não era efetuada em hasta pública, deveria ser a Assembleia Municipal a deliberar. Referiu que não é esse o seu entendimento e que continuava convicto de que, em conformidade com a legislação, só em valores superior a mil vezes o rendimento mínimo garantido era competência da Assembleia Municipal, exceto, se decorresse do Plano e Orçamento aprovado pelo órgão deliberativo. Prosseguiu, dizendo que não querendo criar nenhum incidente, punha à consideração dos presentes se este ponto deveria ser apreciado ou considerar, bastante, o facto da Câmara ter aprovado, por unanimidade, esta aquisição. Pelo que, acrescentou que, se fosse entendido que a competência era exclusiva da Câmara, deveria ser adotado, para todo o mandato, o mesmo entendimento, pelo que gostaria de ouvir a opinião da Assembleia sobre esta matéria.-----

-----Solicitou a palavra **Duarte Teixeira Rocha** para afirmar que, apesar de não estar por dentro do assunto, não via qualquer objecção em que estes casos viesse sempre à Assembleia Municipal.-----

----- Usou, também, da palavra **Armindo Manuel Fernandes Tavares** para informar que o Partido Socialista sentia-se confortável com a proposta que o Presidente da Mesa estava a fazer, ou seja, não viam qualquer objecção que fosse posto à votação a retirada do ponto.-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que ao votar a proposta da Câmara, estavam a



invadir as suas competências, por entender, que era uma competência própria desse órgão, pelo que se não houvesse objeções era posta à votação ou, retirada por ser entendido que a Lei não obrigava a que a Assembleia se pronunciasse.-----

-----Solicitou a palavra **Bruno Manuel da Silva Oliveira** para dizer que a questão de colocar ou não à votação a proposta era irrelevante, porque no seu entender, o mais importante era a decisão a tomar sobre a proposta porque tinha implicações para o futuro. Terminou dizendo que deveria ficar uma ressalva de que só se devia conceder o espaço depois da construção dos campos de ténis no Parque da Cidade.-----

-----Foi dada a palavra a **Manuel Armando Salgado Santos** para dizer que ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista era indiferente que essa proposta fosse ou não votada, e que entendiam que não se devia condicionar o Município, nem podiam ultrapassar a lei pelo que, no seu entender, se era ilegal não deveria ser votada.-----

-----Usou da palavra, novamente, o **Presidente da Mesa** para dizer que entendia que se a proposta fosse votada estava-se a criar um precedente para o futuro que implicava que todas as alienações que a Câmara pretendesse fazer, independentemente, do seu valor tinham que passar pela Assembleia.-----

-----Depois da discussão a Mesa retirou a proposta da Ordem de Trabalhos por considerar ser uma competência própria do órgão executivo.-----

-----**Ponto dois ponto treze - Apreciação de uma tomada de posição acerca das portagens na A7;**-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi explicado que este assunto tinha sido remetido à Assembleia e já tinha sido apreciado no executivo, prendia-se com a posição da Câmara de Cabeceiras acerca do valor das portagens da A7, de Guimarães a Vila Pouca.-----

-----***A Assembleia Municipal tomou conhecimento.***-----

-----**Ponto dois ponto catorze - Apreciação da posição da frente Comum dos Sindicatos sobre o processo de descentralização administrativa;**-----

-----***A Assembleia Municipal tomou conhecimento.***-----

-----Terminado o Período da Ordem do Dia o Primeiro Secretário procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. Colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**-----



-----Foi dada a palavra ao público, não havendo intervenções e nada mais a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram zero horas e trinta e sete minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e dezoito.-----

-----E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco, de doze de setembro, de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

Antônio Jorge Paulo R. F.
Deputado Municipal

